

NOS CAMINHOS DA MEMÓRIA

Mariana Willendorff da Costa Oliveira¹

Edinaura Almeida de Araújo²

A identidade tem sido um dos assuntos mais discutidos, da contemporaneidade principalmente porque as velhas identidades, forjadas sob as concepções de raça, gênero, classe, etnia e nacionalidades estão em uma evidente crise, as quais ao se relacionarem recriam novas possibilidades de identidades que surgem da sua desfragmentação do sujeito. Diante disto, novos grupos culturais se tornam visíveis na cena social, buscando afirmar suas identidades, ao mesmo tempo em que questionam a posição privilegiada das identidades até então hegemônicas.

A partir desse pressuposto, nosso tema geral neste artigo está centrado nas Irmandades de negros devotados à imagem de santos católicos, como a Nossa Senhora do Rosário, sendo assim cria-se o imaginário da resistência no que tange a religião como forma de sobrevivência através do sincretismo, que mantiveram durante longos períodos escravistas e no pós-libertação, com os seus Deuses camuflados por trás de santos do catolicismo.

Émile Durkheim quando discute formação religiosa diz que:

(...) Os homens foram obrigados a criar para si uma noção de religião, bem antes que a ciência das religiões pudesse instituir suas comparações metódicas. As necessidades das existências nos obrigam a todos, crentes e incrédulos, a representar de alguma maneira as coisas no meio das quais vivemos, sobre as quais a todo o momento emitimos juízo e que precisamos levar em conta em nossa conduta (DURKHEIM, 2000,04p.)

Desta forma, os homens negros procuravam um lugar para se adaptar dentro desta sociedade que era inevitavelmente escravista, sendo assim, em vista da necessidade de reidentificar no espaço no qual foi inserido, e se estruturar na conquista desse lugar buscando através de alternativas de adaptação a possibilidade de interagirem socialmente, pois a liberdade concedida pelo meio das cartas de alforria no fim do

¹ Aluna do Curso de Licenciatura em História, Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, UFCG, Cajazeiras, PB. E-mail: mariana19_pb@hotmail.com

² Professora Mestre em Educação, Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, UFCG, Cajazeiras, PB. E-mail: edinauraa@hotmail.com

séc.XVIII e início do XIX não lhes garantiam este direito. Os libertos, e ou, nascidos livres passaram a se reorganizar coletivamente para se reestruturar no âmbito social, assim identificam-se pela cor e pela fé.

Nesta perspectiva, para falar de identidade devemos refletir sobre o ponto de vista dos Estudos Culturais, que segundo o autor Stuart Hall, quando rearticula a questão da identidade a que envolvem os sujeitos e as práticas discursivas, ao problematizar a formação da identidade e da subjetividade, estabelece uma discussão com FOUCAULT, (1970), que:

[...] ao falar em “agência”, não quero expressar nenhum desejo de retornar a uma noção não-mediada e transparente do sujeito como o autor centrado da prática social, nem tampouco pretendo adotar uma abordagem que “coloque o ponto de vista do sujeito na origem de toda historicidade – que, em suma, leve a uma consciência transcendental” (IN:StuarHall,p.105)

Ao fazer essa citação discute que a concepção de sujeito está sendo reelaborada na perspectiva de pensá-lo em uma nova posição, ou melhor, em novas posições que o aborde colocando-o rearticulado nas relações a que o insere e é inserido através de características que lhe é comum a um grupo com quem compartilha experiências, nesse contexto, podemos refletir sobre os processos de identificação estabelecidos pelos negros quando buscam se fortalecer em grupo, dando lugar, vida, e cor, aos espaços de resistências das “maneiras de fazer” que segundo Certeau,1980, os indivíduos em sua coletividade, ou seja, o social na perspectiva da individualidade, do lugar, e da pluralidade envolve o indivíduo a partir das tradições, linguagem, símbolos, arte e artigos de troca que compõe uma cultura.

Nesse sentido, problematizar a essência da identidade nas discussões de teoria social, e referir-se a identificação como um conceito preferível no campo da semântica e o psicanalítico são de fundamental importância destacar o pensamento de Hall quando refere-se a formação do sujeito:

(...)“a abordagem reconstrutiva vê a identificação como uma construção, como um processo nunca completado – como algo sempre “em processo”. (...) A identificação é, pois, um processo de articulação, uma suturação, uma sobredeterminação, e não uma subsunção. Há sempre

“demasiado” ou “muito pouco” – uma sobredeterminação ou uma falta, mas nunca um ajuste completo, uma totalidade”. (Stuart Hall, p.106)

Contudo, elabora-se um conceito-chave é o de “agência”, que expressa à identificação como uma construção, como um processo nunca terminado, sempre “em processo”. A identidade do sujeito como resultado do meio, segundo o autor, se reelabora continuamente. A identificação é, portanto, um processo de articulação. Há sempre “demasiado” ou “muito pouco”, mas nunca um ajuste total. Mas o conceito principal é o de identidade, que não é, em Stuart Hall, uma noção essencialista, mas um conceito estratégico e posicional, ou seja, as identidades não são jamais unas.

A partir dessa breve discursão nos deparamos com o reconhecimento e afirmações da identidade cultural dos indivíduos que os transcendem, sendo notória a formação da identidade afro-brasileira no sertão da Paraíba, onde os sujeitos saem do anonimato para se reconhecer em uma dimensão ampla de signos e representações, passam a conhecer sua própria história sendo transformados em atores sociais transmissores da herança cultural, na qual o indivíduo carrega em si a lembrança de seu passado distante ou até mesmo recente, mas está sempre interagindo com a sociedade, seus grupos e instituições, e é neste contexto de relações que gradativamente construímos a nossa memória. As lembranças se alimentam das diversas memórias oferecidas pelo grupo, e dificilmente nossas lembranças se constituem fora deste quadro de referências.

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. (Lê Goff, 1996, 476)

Esta memória social tem assim, uma importante função de contribuir para o sentimento de pertença a um grupo, que compartilha suas memórias, neste caso, as irmandades de negros possibilitavam a convivência entre brancos e negros, as duas parcelas da sociedade faziam parte de um mesmo conjunto social, ou seja, os diversos grupos de irmandades, respeitado por toda a comunidade. Obviamente as irmandades de negros não tinham o mesmo prestígio que a de brancos, porém possuía seu lugar reservado na sociedade.

Nesse sentido, o nosso objetivo é discutir as manifestações artísticas culturais dos grupos, como integrante do patrimônio cultural imaterial da cidade de Pombal - PB, me valendo da pesquisa histórica que se localiza na relação sócio-cultural de quem a realiza, sendo um constante movimento das instituições, dos pesquisadores, dos filósofos historiadores, que mesmo divergindo em alguns pontos posteriormente se relacionam para formar atores sociais, pois a prática histórica é relativa ao estado estrutural da sociedade, sendo suas mazelas e peculiaridades refletidas na pesquisa.

Desta forma para discutir pesquisa em história devemos lembrar-nos da perspectiva Michel de Certeau, a qual a história compreende a ligação do lugar social, da prática científica, e da escrita. Cada um tem seu lugar particular, mas se relacionam na escrita historiográfica que constrói o lugar de onde se fala, ou se quer falar, cabe desta forma ao historiador assumir posturas na investigação para se situar na pesquisa, as quais vão depender da sua carga de idéias, cultura, linhas de pensamento (positivista, novista), e como ele se coloca no espaço e tempo seja contemporânea ou passada. Assim, segundo Le Golf, (1994, pp.544.), Mac Bloch teria escrito:

Não obstante o que por muitas vezes parecem pensar os principiantes, os documentos não aparecem, aqui ou ali, pelo feito de um qualquer imperscrutável desígnio do deuses. A sua presença ou a sua essência nos fundos do arquivos, numa biblioteca, num terreno, depende de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise, e os problemas postos pela sua submissão, longe de serem apenas exercícios de técnicos, tocam, eles próprios, no mais íntimo da vida do passado, pois o que assim se encontra posto em jogo é nada menos do que a passagem da recordação através das gerações” (1941-42, PP.29-30)

Ao referir-se a essa perspectiva do envolvimento do historiador com as fontes Certeau ressalta o modelo subjetivo, pelo qual toda interpretação depende de um sistema de referencia, mesmo que o historiador ouse tentar construir uma historia objetiva será impossível conseguir, pois no pano de fundo de suas idéias estarão reflexões passadas arraigadas de uma ideologia própria, é que essa teria sido influenciada por outras ideologias advindas da carga de leitura do autor, que seria o não-dito, o que não se pode controlar, ou seja, o saber esta ligado ao lugar, as suas imposições sendo impossível analisar o discurso histórico fora da instituição da qual o historiador pertence e se correlaciona com as produções.

A intenção é construir uma relação de causa e efeito, problematizando e questionando o próprio discurso historiográfico a partir de um conjunto de práticas, que envolvem estudos mesmo que particulares, sendo a individualidade de cada historiador avaliado na coletividade de outros trabalhos, ou seja, em uma rede de ligações institucionais formais que dependem do momento de formação de teorias práticas para ser avaliado.

Deste modo a pesquisa histórica depende da relação sócio-cultural de quem a realiza, em um constante movimento das instituições, dos pesquisadores, dos filósofos historiadores, que mesmo divergindo em alguns pontos se relacionam no processo de produção do conhecimento, pois a prática histórica é relativa ao estado estrutural da sociedade, sendo suas mazelas e peculiaridades refletidas na pesquisa.

Para Karnal, o historiador depende dos documentos a partir do instante que decide estabelecer uma relação entre presente e passado, dialogando e dando significação ao próprio documento para construir a história. “O documento é a base para o julgamento histórico” (KARNAL, 2009, p.9).

A pluralidade da fragmentação histórica envolve uma evolução do conhecimento histórico, que adquiriu segundo o autor, uma melhor capacidade de medir desvios, tanto quantitativa como qualitativos. Uma relação que envolve uma história por fazer ou refazer, que dependendo do fato desenvolve uma linguagem própria, prática e técnica para explicá-lo, combinado com o lugar, desenvolvendo assim modelos. O historiador vai procurar trabalhar com as margens, as fronteiras, transitará do lado oposto das racionalizações adquiridas, olhará para o mundo esquecidos, desprivilegiados, a loucura, a feitiçaria e por essa prática fará aparecer às diferenças que serão relativas ao meio analisado, e nesse sentido CERTEAU destaca “Fazer história é uma prática” (CERTEAU, pag. 78).

A passagem da prática para a escrita, e um processo complexo, é um lugar social na escrita científica que envolve prática e técnica, pois na escrita se exige um texto estruturado que tenha relação com o corpo social e o saber. Ela será revestida de símbolos para colocar o leitor em um lugar desejado ou identificado dependendo das peculiaridades individuais ou coletivas. A cronologia tem o papel a serviço do tempo, pois cria possibilidade de recorte em períodos do tempo a ser trabalhado na pesquisa historiográfica, invertendo a orientação temporal, ou seja, o começo da pesquisa seria o

fim, pois ele chegou à conclusão do que se quer trabalhar, e porque, que são questionamentos do presente para o passado. Organizando o discurso para revelá-lo ao leitor.

Nesse relação, ao trabalho do historiador é reservada uma tarefa fundamental: o trato com o documento histórico. Mas o que pode ser considerado um documento histórico? Ou até mesmo o que pode ser considerado um monumento histórico e que relação e exercida nessa escolha?

Para responder essas indagações devemos pensar a relação que Le Goff cria, parafrazeando, o que “escapa” não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa os historiadores. Dessa relação entre herança do passado, que o mesmo intitula de monumento, e a escolha do historiador que seriam a seleção dos documentos a serem estudados, pesquisados, investigados para tal fim.

Nessa perspectiva, o conceito de patrimônio, marcado aos bens de “pedra e cal”, tais como conjuntos arquitetônicos, monumentos, obras de arte, documentos entre outros, em específico ao romper-se os anos 1990, expandiu o seu sentido e avançou na compreensão de identificar e proteger as manifestações artísticas tradicionais e o folclore, transmitidas pela forma oral, pela existência, pelos modos fazer, por festas, crenças, música ou culinária.

Sendo assim, Jacques Le Goff afirma que,

(...) nos nossos dias, a história é o que transforma os documentos em monumentos e o que, onde dantes se decifravam traços deixados pelos homens, (...) apresenta agora uma massa de elementos que é preciso depois isolar, reagrupar, tornar pertinentes, colocar em relação, constituir em conjunto.(LE GOFF: 1994, 546.)

O Brasil, a exemplo de numerosos países, preocupou-se em proteger as tradições de sua cultura popular, desde a Constituição até a regulamentação em Decreto. Na Carta de 1988, o artigo 216 estabelece que o patrimônio cultural brasileiro seja constituído de bens de natureza material e imaterial, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da identidade brasileira.

No tocante aos bens culturais de natureza imaterial, convém destacar as recentes preocupações tanto dos órgãos institucionais quanto dos pesquisadores em garantir a sua preservação e valorização como elemento importante na compreensão da identidade de um povo, nação ou comunidade. A preocupação se justifica pelo fato dos bens culturais imateriais se caracterizarem como manifestações com especificidades quanto a sua difusão e preservação a partir da memória como monumento.

Para referenciar a discussão sobre patrimônio imaterial podemos citar uma definição da UNESCO (2000) que expressa o conceito em sua amplitude, sem desmerecer outras expressões culturais.

A totalidade das criações de base tradicional de uma comunidade cultural, expressadas por um grupo ou por indivíduos e reconhecidas como o reflexo das expectativas de uma comunidade na medida em que refletem sua identidade cultural e social; seus padrões e valores são transmitidos oralmente, por imitação ou por outros meios. Suas formas são, entre outras, língua, literatura, música, dança, jogos, mitologia, rituais, hábitos, artesanato, arquitetura e outras artes. Além desses exemplos, serão levadas em conta também, as formas.

O processo de construção da história é parte da memória que resgata o que ficou perdido nas lacunas do passado. O historiador encontra seu objeto de estudo “fareja a carne” e a então caça. (LE GOFF: 1994) A carne nesse sentido representa o objeto do historiador e a caça configura-se como as estratégias necessárias para entender a dimensão do lugar social de quem constrói esse patrimônio.

Assim, entende-se que a concepção de patrimônio imaterial depende do olhar do historiador, que a partir do lugar das relações estabelecidas pelos grupos folclóricos estabelece conexões de espaço, tempo e defesa à preservação da memória como reveladora do processo de constituição da identidade do homem enquanto sujeito atuante na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bo, João Batista Lanari. *Proteção do patrimônio na UNESCO: ações e significados* / João Batista Lanari Bo. – Brasília : UNESCO, 2003.186p.

CERTEAU, Michel de. *A operação historiográfica*. In: *A escrita da história*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. pp.65 – 109.

DURKHEIM, 2000

HALL, Stuart. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. São Paulo: Vozes, 2000, p.103-133.

LE GOLFF, Jaques. Documento/Monumento. In: *Historia e memória*. 3 ed. Campinas – SP: Unicamp, 1994. pp.535 – 553.

KARNAL, Leandro. TATSCH, Flavia Galli. A memória evanescente. In: PINSKY, Carla B. LUCA, Tânia Regina D. *O historiador e suas fontes*. São Paulo. Contexto. 2009. pp.09 – 27.